

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas

Prefeitura Municipal de Bocaina de Minas

Registro de Preços Eletrônico - 015/2026

Fornecedor	CPF/CNPJ	Data	Assunto	Situação	Arquivo
-	-	03/04/2026 - 11:06:51	ANEXO PARA PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	07/04/2026 - 13:18:13	

Questionamento: Olá! Quando estará disponível o arquivo para preenchimento da proposta eletrônica?

Resposta: Prezado, não há arquivo para preenchimento de proposta. Elas são preenchidas diretamente no portal de compras públicas

-	-	03/04/2026 - 11:05:43	Qualificação Técnica	09/04/2026 - 15:36:07	A A PARECER TCE FAVORÁVEL A EXIGÊNCIA DA LO 2025.zip
---	---	-----------------------	----------------------	-----------------------	--

Questionamento: Srs. Para uma garantia de aquisição de pneus que atendem as normas ambientais por seus fabricantes e importadores, passem exigir a Licença de Operação EM NOME DO FABRICANTE ou IMPORTADOR. Como alguns editais já tem feito baseado nas decisões e orientações favoráveis do nosso egrégio TCEMG. E tem evitado a aquisição de pneus de baixa qualidade sem certificação e irregular com o meio ambiente., Arquivo Anexo: A A PARECER TCE FAVORÁVEL A EXIGÊNCIA DA LO 2025.zip

Resposta: Prezado,

Após análise dos argumentos apresentados, reconhece-se que a exigência de Licença de Operação (LO) em nome do fabricante ou importador, bem como do Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, constitui medida legítima e alinhada aos princípios da sustentabilidade, da segurança jurídica e da regularidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

Todavia, destaca-se que tais exigências não possuem caráter obrigatório, tratando-se de faculdade da Administração, a ser adotada conforme critérios de conveniência e oportunidade, desde que respeitados os limites legais e a ampla competitividade do certame.

No caso concreto, considerando a urgência na aquisição dos pneus para atendimento das demandas da frota municipal, eventual retificação do edital implicaria na reabertura de prazos e redesignação da data da sessão pública, o que poderia acarretar prejuízos à continuidade dos serviços públicos essenciais.

Dessa forma, no presente momento, a inclusão das exigências pleiteadas mostra-se inoportuna, razão pela qual não será promovida a alteração do edital.

Ressalta-se, contudo, que as sugestões apresentadas serão consideradas em futuras contratações, visando o aperfeiçoamento dos instrumentos convocatórios e o fortalecimento das práticas sustentáveis nas aquisições públicas.

-	-	02/04/2026 - 09:37:07	Qualificação Técnica	09/04/2026 - 15:36:16	A A PARECER TCE FAVORÁVEL A EXIGÊNCIA DA LO 2025.zip
---	---	-----------------------	----------------------	-----------------------	--

Questionamento: Srs. Para uma garantia de aquisição de pneus que atendem as normas ambientais por seus fabricantes e importadores, passem exigir a Licença de Operação EM NOME DO fabricante ou IMPORTADOR. Como alguns editais já tem feito baseado nas decisões e orientações favoráveis do nosso egrégio TCEMG. A qual tem sido também o objetivo coibir produtos de baixa qualidade sem licenciamento., Arquivo Anexo: A A PARECER TCE FAVORÁVEL A EXIGÊNCIA DA LO 2025.zip

Resposta: Prezado,

Após análise dos argumentos apresentados, reconhece-se que a exigência de Licença de Operação (LO) em nome do fabricante ou importador, bem como do Certificado de Regularidade junto ao IBAMA, constitui medida legítima e alinhada aos princípios da sustentabilidade, da segurança jurídica e da regularidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021.

Todavia, destaca-se que tais exigências não possuem caráter obrigatório, tratando-se de faculdade da Administração, a ser adotada conforme critérios de conveniência e oportunidade, desde que respeitados os limites legais e a ampla competitividade do certame.

No caso concreto, considerando a urgência na aquisição dos pneus para atendimento das demandas da frota municipal, eventual retificação do edital implicaria na reabertura de prazos e redesignação da data da sessão pública, o que poderia acarretar prejuízos à continuidade dos serviços públicos essenciais.

Dessa forma, no presente momento, a inclusão das exigências pleiteadas mostra-se inoportuna, razão pela qual não será promovida a alteração do edital.

Ressalta-se, contudo, que as sugestões apresentadas serão consideradas em futuras contratações, visando o aperfeiçoamento dos instrumentos convocatórios e o fortalecimento das práticas sustentáveis nas aquisições públicas.

